



ASSOCIADOS APROVAM CONTAS DO EXERCÍCIO 2011 E DECIDEM SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS

A COOPSEF encerrou mais um exercício com resultado financeiro positivo, cujo valor bruto somou R\$7,73 milhões. Em Assembleia Geral Ordinária, no dia 06 de fevereiro, os associados aprovaram, por unanimidade, as contas do exercício 2011, elegeram novos membros do Conselho Fiscal e decidiram sobre a forma de distribuição das Sobras Líquidas. Assim, aqueles que desejarem receber o valor das Sobras em espécie terão que se manifestar formalmente até o dia 31 de abril deste ano. Para os que não se manifestarem, o valor será creditado ao Capital, ganhando a correção média da Selic ao longo do ano.

Leia matérias publicadas nas páginas 5 a 8

NOVA POLÍTICA DE EMPRÉSTIMOS

Para tornar o juro ainda mais barato, a COOPSEF adotou uma nova política de empréstimo, principalmente para pagamento consignado. Venha conferir e veja que fazer operação financeira com a sua Cooperativa é muito mais vantajoso.

Página 3

Participação do associado leva COOPSEF a vencer desafios num mercado cada vez mais competitivo

Ao encerrar o exercício de 2011 e ver consolidado mais um resultado positivo, sentimos-nos orgulhosos, acreditando que estamos correspondendo às expectativas daqueles que nos elegeram para conduzir os negócios desta Cooperativa. Os desafios são e continuam sendo enormes, principalmente porque a concorrência no mercado financeiro cresce dia a dia. Além de não ter o mesmo poder de fogo dos bancos tradicionais e de outras instituições, nossa COOPSEF tem suas ações limitadas pela própria legislação cooperativista. Porém, graças à participação e confiança dos associados, temos conseguido vencer batalhas numa "guerra" de forças e interesses desiguais.

Já não temos dúvidas de que a força do cooperativismo nos ajuda a vencer desafios, mesmo quando eles se avolumam num mercado cada vez mais competitivo. E os números estão aí para comprovar e manter a esperança de que no final de 2012 estaremos comemorando novas vitórias. E, mais importante, com os resultados sendo distribuídos para cada um de nós.

Neste momento, queremos agradecer a todos os cooperados e principalmente aqueles que puderam

comparecer à Assembléia Geral Ordinária no início de fevereiro e aprovaram, por unanimidade, as contas do exercício de 2012. Sentimo-nos felizes, porque a aprovação das contas é uma prova inequívoca da confiança dos associados nos dirigentes e funcionários da Cooperativa.

Atentos aos interesses e necessidades de nossos cooperados, aprovamos e iniciamos 2012 com uma nova política de empréstimo. Nossas taxas de juros foram reduzidas e beneficiam principalmente aqueles que tomam dinheiro emprestado com desconto na folha de pagamento. Se o empréstimo for com cheques, nossa Cooperativa também tem a melhor taxa. Em se tratando de Cheque Especial, aí nem se compara. Nossa taxa é muito menor.

A nova política de empréstimo atende adequadamente às necessidades de nossos associados. Mas o sucesso dessa nova política depende da participação de todos nós. Antes de se dirigir a qualquer banco ou instituição financeira, consulte a COOPSEF. A concentração de suas operações financeiras na Cooperativa significa mais retorno ao final de cada exercício, com resultados e Sobras maiores.

No tocante às aplicações, a remuneração está mantida e continua sendo maior que a oferecida pelas outras instituições financeiras. Além disso, firmamos com o Bancoob proposta de adesão à Poupança Sicoob, oferecendo assim mais um produto para nossos associados. Ela é corrigida pelo mesmo índice oficial de correção da poupança tradicional, equivalente à TR mais 0,50% de juro.

Assim, podemos afirmar que estamos no caminho certo. O cooperativismo vem a cada dia comprovando ser o sistema com mais condições de distribuir renda e benefícios para todos aqueles que dele participam. Ajudando-nos mutuamente, conseguimos muito nesses 31 anos de existência da COOPSEF. Hoje, temos uma Cooperativa vigorosa, edificada sobre um patrimônio sólido que nos enche de orgulho.

Não temos dúvidas de que nos mantendo juntos, concentrando nossas operações e usando os serviços e produtos oferecidos pela COOPSEF, estaremos construindo uma Cooperativa forte e importante para todos nós.

A Diretoria

"Em momentos de crise, os bancos perdem competitividade, e o cooperativismo de crédito tem capacidade de avançar e ganhar afiliados".

Gustavo Franco, economista

Expediente

Informativo da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda.

Av. Brasil, 1660 • PABX: (31) 3269.5700 • Fax: (31) 3269.5724 • www.coopsef.com.br • coopsef@coopsef.com.br • Ouvidoria - 0800 283 4086

Conselho de Administração: Efetivo - Álvaro César Cunha, Antônio de Ávila e Silva, Célio Marcos Pontes de Albuquerque, Geber Soares de Oliveira, Mauro Ernani Nascimento, Nelson Gomes de Souza, Rita da Penha Ventorim Glória Leal

Suplentes - Celmar Silveira e João Feliciano Nunes

Diretoria Executiva: Antônio de Ávila e Silva (diretor-presidente), Álvaro César Cunha (diretor-administrativo), Célio Marcos Pontes de Albuquerque (diretor-financeiro)

Conselho Fiscal: Efetivo - Geraldo Magela Cotta, Carlos Eugênio Souto Maior Filizola, Adriana Ackls Codo Santos

Suplentes - José Onésio Leite, Humberto Dias Silva, Antônio Donizete Rosa

Jornalista Responsável: Álvaro César Cunha - MG02183JP

Diagramação, composição e arte: Rosane Mandacaru (31) 8784.9487 • Tiragem: 7.500 exemplares • Circulação: Distribuição Gratuita



Juro na COOPSEF está menor

Com a adoção de uma nova política, empréstimo na Cooperativa está mais barato desde o início de janeiro

Juro ainda mais baixo na COOPSEF. Foi assim que a nossa Cooperativa iniciou 2012, ao adotar uma nova política de empréstimos. A taxa de juro, que sempre foi pequena na Cooperativa, está agora menor, principalmente para o associado que faz empréstimo consignado, com desconto na folha de pagamento.

Atenta ao comportamento do mercado financeiro, onde a concorrência é cada vez maior, a administração da COOPSEF concluiu que seria possível trabalhar com um juro mais competitivo no consignado, beneficiando o associado e sem comprometer a situação financeira da Cooperativa.

Portanto, antes de procurar um banco ou qualquer outra instituição financeira, dirija-se primeiro à COOPSEF.

Considerando que não existem taxas adicionais, que o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) é menor e que parte do que for pago retornará na distribuição de Sobras, o empréstimo na COOPSEF ficará mais barato e,

portanto, mais vantajoso para o cooperado. Aposte na sua Cooperativa.

“No momento em que os bancos, temendo um aperto na economia, restringem o crédito, a COOPSEF permanece comprometida com seus associados. Ao contrário dos bancos convencionais, nos quais o correntista é um terceiro sem ligação societária com a empresa, o cooperado é dono da instituição, com direito, inclusive, a receber parte dos excedentes, conhecidos como Sobras”.

Conselho de Administração

Você sabia que por meio da internet no site www.coopsef.com.br os associados correntistas podem consultar saldos, extratos, fazer transferências e imprimir formulários para solicitar empréstimos?

Associados pedem transferência de pagamento para a Cooperativa

Desde o início de janeiro, vários associados que recebem seu pagamento em conta-salário estão pedindo a transferência automática de seu dinheiro para a COOPSEF/Bancoob. A escolha da Cooperativa se deve ao direito de se ter conta-corrente numa instituição que oferece atendimento personalizado, não cobra tarifas, fornece cartão de débito de graça para facilitar as operações, tem talão de cheques gratuito, trabalha com a menor taxa de juro em Cheque Especial e para empréstimo consignado. E no final de cada exercício ainda distribui Sobras relativas às operações financeiras realizadas com a COOPSEF.

Segundo as regras estabelecidas pelo governo, para transferir o salário para outra conta diferente da aberta pelo empregador, no caso o Estado, é preciso que a indicação seja feita por escrito à instituição financeira. O banco é obrigado a aceitar a ordem no prazo de até cinco dias úteis e os recursos devem ser transferidos para o banco escolhido pelo empregado no mesmo dia do crédito do salário, até as 12 horas.

A conta-salário é diferente da conta-corrente por ser destinada só ao pagamento de salários, aposentadorias

e pensões e por se tratar de um contrato firmado entre a instituição financeira e a empresa empregadora e não entre o banco e o empregado. Na conta-salário, o cliente não tem direito a talão de cheques e não pode receber outros depósitos além do salário.

O associado não paga nenhuma tarifa para pedir a transferência. Ela é gratuita. Ao transferir os recursos para a COOPSEF, o associado passa a ter uma conta-corrente, com direito a cartão de débito para facilitar suas operações de depósitos, saques e pagamentos, talão de cheques, Cheque Especial, cuja concessão dependerá de prévia análise de crédito, dentre outras vantagens.

É preciso ficar claro que o associado, de acordo com a legislação vigente, tem apenas o direito de solicitar que seus créditos sejam transferidos para a COOPSEF no mesmo dia em que ocorrer o pagamento pelo Governo do Estado. O banco pagador continuará sendo aquele que o Estado firmou contrato neste sentido.

No site www.coopsef.com.br existe um formulário próprio a ser preenchido pelo cooperado e entregue no banco onde o Estado deposita o pagamento do servidor.

Na COOPSEF não existe taxa de manutenção de conta-corrente. Essa cobrança feita por bancos e instituições financeiras muitas vezes passa despercebida, mas, no fim, pesa no bolso do cliente.

Cheque Especial na COOPSEF tem taxa de juro de apenas 2,9% ao mês, a menor do mercado. Parte do juro pago retorna para o associado no final do exercício. Com isso, a taxa de juro fica ainda menor. A liberação do Cheque Especial depende da abertura de conta-corrente e da análise de crédito do associado.



• Diretor-presidente Antônio de Ávila abre a Assembléia e.....



.... convida os demais membros para compor a Mesa Diretora.

COOPSEF tem mais um resultado positivo

Cooperados avaliam e aprovam, por unanimidade, as contas do exercício 2011 e decidem pela distribuição das Sobras líquidas

A COOPSEF encerrou 2011 com mais um resultado positivo. As Sobras brutas somaram R\$7,73 milhões e as líquidas, R\$3,23 milhões. Reunidos no dia 06 de fevereiro em Assembleia Geral Ordinária, os associados decidiram pela distribuição desse valor líquido. O valor a que cada um tem direito, proporcional às suas operações com a Cooperativa, será creditado ao Capital. Aqueles que desejarem receber em espécie têm prazo até o dia 30



• Diretor-administrativo Álvaro Cunha lê o Edital de Convocação

de abril para preencher formulário próprio, solicitando o crédito em sua conta corrente. O crédito será liberado no final de março.

Para realizar a AGO, a COOPSEF cumpriu todas as disposições legais, publicando e fazendo ampla divulgação do Edital de Convocação. O diretor-presidente Antônio de Ávila e Silva abriu a Assembléia, estando acompanhado na mesa diretora dos trabalhos pelo diretor-financeiro Célio Marcos Pontes de Albuquerque, pelo diretor-administrativo Álvaro César Cunha, pelo representante da Central das Cooperativas (Sicoob / Central Cecremge), Raimundo Sérgio Campos, e pelo conselheiro fiscal Múcio Batista de Souza.

Antes do início da AGO, os associados receberam farto material contendo cópias do Relatório do Conselho de Administração relativo a 2011, notas explicativas às demonstrações contábeis, Edital de Convocação e outros. De posse desse material, os cooperados tomaram conhecimento prévio do que seria exposto durante a Assembléia.

A exemplo do que ocorreu em anos anteriores, a AGO foi realizada num clima de muita responsabilidade e participação dos associados, que não esconderam o entusiasmo com os resultados de sua Cooperativa.

Apresentadas e aprovadas as contas de 2011

Diretor-financeiro expõe os números alcançados pela Cooperativa e associados comemoram o resultado obtido

Dando prosseguimento à AGO e cumprindo o Edital, passou-se para a Demonstração de Resultados e as demais contas do exercício de 2011. A exposição dos números foi feita pelo diretor-financeiro Célio Marcos Pontes de Albuquerque, tendo o cuidado de explicar em detalhes cada um dos itens.

Ele destacou que a Cooperativa mesmo concorrendo em desigualdade de condições com os bancos tradicionais, consegue oferecer a taxa mais adequada de

juros em seus empréstimos e a melhor remuneração para as aplicações de seus associados. Os cooperados têm reconhecido essas vantagens e intensificado suas operações na COOPSEF, contribuindo para alavancar seus resultados e se beneficiando diretamente disso, acrescentou Célio Albuquerque.

Com gráficos, o diretor-financeiro mostrou o crescimento das Disponibilidades e Aplicações, o aumento no montante dos Empréstimos, nos Depósitos a Prazo, no Capital Social e na Reserva de Lucros. A situação financeira da Cooperativa é excelente, graças a participação de seus associados, sustentou Célio Albuquerque.

Após a apresentação, as contas da COOPSEF foram colocadas em votação, sendo aprovadas por unanimidade dos associados presentes à AGO.



• O diretor-financeiro Célio Albuquerque...



...demonstra os resultados financeiros de 2011.

As Sobras serão distribuídas

Mesmo enfrentando séria concorrência de bancos e outras instituições financeiras, a COOPSEF conseguiu ser competitiva e fechar o ano de 2011 com um resultado bastante positivo. Das Sobras brutas apuradas em 2011, no valor de R\$7.731.309,12 (sete milhões, setecentos e trinta e um mil, trezentos e nove reais e doze centavos) foram deduzidos R\$3.523.442,67 (três milhões, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos). Esse valor refere-se a juros ao Capital, creditados aos associados em 31 de dezembro de 2011, conforme determina a legislação vigente.

Do valor líquido de R\$4.207.886,45 (quatro milhões duzentos e sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) foram destinados, também de acordo com a legislação, 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva, no valor de R\$420.786,65 (quatrocentos

tos e vinte mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos); e 5% (cinco por cento) para o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), no valor de R\$210.393,32 (duzentos e dez mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

Já o valor líquido de R\$345.063,38 (trezentos e quarenta e cinco mil, sessenta e três reais e trinta e oito centavos), decorrentes de Atos não Cooperativos, foi transferido integralmente para o FATES. O diretor-presidente lembrou aos associados que esses recursos são provenientes do aluguel do primeiro e do segundo andares da nossa sede e sendo considerados pela legislação como Atos não Cooperativos não podem ser incorporados como receita da Cooperativa e são creditados diretamente ao FATES.

Sobras líquidas somam R\$3,23 milhões

Deduzidos esses valores em cumprimento de dispositivos legais, as Sobras líquidas somaram R\$3.231.623,10 (três milhões, duzentos e trinta e um mil, seiscentos e vinte e três reais e dez centavos). Esse total será distribuído proporcionalmente às operações realizadas pelos associados com a COOPSEF, seja por empréstimos (a maior parte é distribuída nesta modalidade), uso do Cheque Especial ou aplicações.

Antes de submeter a forma de distribuição das Sobras à apreciação e votação dos associados presentes, o diretor-presidente da Cooperativa destacou a importância desses recursos dentro da COOPSEF, como forma de mantê-la sempre bem capitalizada.

“Cooperativa que almeja o sucesso precisa de Capital próprio. Nos últimos anos, mais da metade dos associados

tem evitado sacar, garantindo para si uma poupança, com ótima remuneração ao final do exercício e contribuindo também pela manutenção de uma Cooperativa capitalizada” – reiterou Antônio de Ávila.

Ele lembrou ainda que, cumprindo o disposto na Lei Complementar 130/09, foram creditados, no dia 31 de dezembro, juros diretos ao Capital, no valor total de R\$3,52 milhões. Com isso, o valor do Capital de cada associado foi corrigido nessa data, equivalente a variação média da Selic em 2011. Essa correção, porém, não pode ser sacada pelos associados. Só o valor das Sobras creditado aos associados em razão de suas operações com a Cooperativa em 2011, como empréstimos, uso do Cheque Especial ou aplicações, poderá ser sacado.



• Diretor-presidente expõe sobre as Sobras e sobre a forma de distribuição sugerida pelo Conselho de Administração.



• Atentos, associados ouvem as explicações e, por unanimidade, aprovam as contas.

Com as Sobras, seu Capital fica maior

Com as contas apresentadas e aprovadas, o valor das Sobras líquidas foi colocado então em votação, tendo os associados presentes à AGO decidido, por unanimidade, pela sua distribuição. O valor a ser distribuído poderá permanecer no Capital ou ser recebido em espécie pelos cooperados.

O procedimento será o mesmo de anos anteriores. Para receber, o interessado deverá se manifestar por escrito até o dia 30 de abril de 2012, utilizando-se de formulário próprio, encontrado no site www.coopsef.com.br, na sede e nas representações regionais da Cooperativa. O crédito será feito em conta corrente do associado até o dia 31 de maio deste ano.

É importante que os associados não percam o prazo estabelecido para fazer o requerimento, por escrito, para receber suas Sobras. A data limite, portanto, é 30 de abril. Os associados devem ler com atenção as exigências descritas no formulário.

Sem direito

A Assembléia decidiu também, acompanhando proposta do Conselho de Administração, que os associados que não estiverem cumprindo suas obrigações com a COOPSEF não farão jus ao recebimento das Sobras, uma vez que não contribuíram para a sua formação. Foi delegado ainda ao Conselho competência para dirimir os eventuais questionamentos

Delegação

Por unanimidade, a Assembléia aprovou ainda a delegação para que o Conselho de Administração faça a aplicação dos recursos do FATES, direcionando-os para o desenvolvimento da COOPSEF, de seus associados e funcionários, conforme previsto na Lei, no Estatuto e no Regimento Interno da nossa Cooperativa.

Novos membros do Conselho Fiscal

Apenas uma chapa se inscreveu para concorrer à eleição do Conselho Fiscal, conforme registrou em Ata o coordenador do Processo Eleitoral, Elias Jorge Neto, secretariado por Rosa Maria Cavazza. A eleição foi realizada durante a AGO, tendo sido eleitos Geraldo Magela Cotta, Carlos Eugênio Souto

Maior Filizzola, Adriana Ackls Codo Santos, José Onésio Leite, Humberto Dias Silva, e Antônio Donizete Rosa. Os nomes foram submetidos e homologados pelo Banco Central do Brasil, devendo a posse dos novos conselheiros ser realizada neste mês de março.

Depósito sem identificação gera prejuízo ao cooperado

Associado que depositar a favor da Cooperativa precisa informar para que se destinam os recursos. Envie cópia do recibo, informando a destinação do recurso depositado. Use o fax (31) 3269.5724 e avise que é para pagar parcela de empréstimo, para ser aplicado ou para

qualquer outra finalidade. Se não informar, o crédito ficará numa conta, aguardando identificação e manifestação do cooperado. No Banco do Brasil o número da agência é 1614-4, e da conta corrente, 2448-1. No Banco Itaú, agência 7475, e conta corrente 08605-9.



Adiante o 13º com a menor taxa do mercado

A concentração de despesas no início de ano, com pagamento de IPVA, IPTU e outros, acarreta aperto financeiro generalizado. Para amenizar esta situação, muitos associados têm procurado a Cooperativa e feito adiantamento do 13º salário, pagando uma taxa de juro muito menor que a oferecida por outras instituições. Com esse empréstimo, conseguem pagar despesas inevitáveis, manter o nome limpo e ainda economizam um pouco com eventuais descontos conseguidos por pagamentos à vista.

O pagamento do 13º salário acompanha a escala de pagamento do Estado e não a data base prevista. Caso o governo antecipe o pagamento, a COOPSEF

devolverá a diferença registrada a maior no cheque pré-datado. Se houver atraso no pagamento por parte do governo, a Cooperativa cobrará a diferença.

Antes de se dirigir a qualquer instituição financeira, procure primeiro a sua Cooperativa. O processo é fácil e rápido. E você ainda receberá de volta no final do exercício parte do que pagou de juro.

Para antecipar o 13º salário, o associado precisa preencher a proposta de empréstimo, os Anexos I e II, apresentar cópia de contracheque, cheque pós-datado do banco onde será creditado o pagamento e comprovante de residência, recente. Por determinação do Banco Central, a liberação estará sujeita à análise de crédito.

Juro mais baixo para antecipar o Imposto de Renda

Uma boa opção na Cooperativa é antecipar a restituição do Imposto de Renda 2011, pagando o menor juro do mercado. O associado que já fez ou prepara sua declaração e sabe que tem direito de receber o IR pago a maior no ano passado pode procurar já a sua Cooperativa. Levantamento feito no mercado aponta que os bancos comerciais oferecem taxas de juros superiores a 2,3% ao mês.

A operação é simples para quem quer pagar a menor taxa de juro entre as instituições financeiras, sendo beneficiado ainda no final do exercício pelo retorno de parte do que pagou. O empréstimo será quitado em parcela única, na data em que ocorrer o crédito da restituição do IR pela Receita Federal. Ocorrendo diferença a favor do associado, o valor apurado será creditado em sua conta corrente. Se eventualmente o associado cair na “malha fina” da Receita, ele deve procurar a COOPSEF para providenciar a renegociação de seu débito.



Pegue já a sua Agenda COOPSEF 2012

A Agenda COOPSEF 2012 continua à disposição dos associados, junto com uma caneta, comemorativos dos 31 anos da nossa Cooperativa. Os associados podem pegar esses brindes na sede da Cooperativa, na avenida Brasil, 1660, em Belo Horizonte, ou no interior, com os responsáveis pelas Representações Regionais. Prestígio. Esses brindes são um presente da COOPSEF para você



Associada ganha computador em promoção de 31 anos

A promoção “Mais um presente da COOPSEF”, realizada em comemoração aos 31 anos de fundação da nossa Cooperativa, registrou apenas um ganhador. O sorteio, conforme previsto em regulamento próprio aconteceu pela extração da Loteria Federal do dia 17 de dezembro. A felizarda foi a associada Conceição Aparecida Fossa Pereira, de Muzambinho, na Regional Varginha, cujo final de Masp coincidiu com a milhar do quarto prêmio da Loteria Federal. Ela ganhou como prêmio um computador, cujo valor correspondente foi creditado em sua conta corrente. Ainda de acordo com o regulamento, a promoção seria encerrada após o sorteio, estando descartada a realização de um segundo sorteio, uma vez que não haveria prévia aquisição de prêmios e que estes seriam adquiridos de acordo com o número de ganhadores.

Você sabia que sendo correntista pode pagar as contas mensais de telefone, energia e água por meio de débito automático?

Balancetes

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (NOVEMBRO DE 2011)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	83.642.191,64	PASSIVO CIRCULANTE	77.140.587,87
DISPONIBILIDADES	1.943.280,29	DEPÓSITOS	67.191.353,24
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	54.281.044,52	Depósitos à vista	1.713.830,60
Central Financeira - COOPERAT	54.281.044,52	Depósitos a prazo	65.477.522,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	26.300.269,01	Outros Depósitos	-
Operações de Crédito	26.528.054,98	OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.949.234,63
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(227.785,97)	Cobrança e Arrecad. Tributos	3.144,91
OUTROS CRÉDITOS	723.930,49	Sociais e Estatutárias	5.992.722,88
OUTROS VALORES E BENS	393.667,33	Fiscais e Previdenciárias	163.839,62
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	38.793.474,16	Diversas	3.789.527,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	35.147.832,77	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.652.117,44
Operações de Crédito	35.359.075,08	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.652.117,44
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(211.242,31)	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.652.117,44
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.645.641,39	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.766.257,53
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.645.641,39	Capital de Domiciliados no País	34.252.721,70
PERMANENTE	6.123.297,04	Reservas de Lucros	6.351.777,09
INVESTIMENTOS	3.874.855,13	Sobras Acumuladas	3.730.753,58
Partic. Colig. e Control. no País	3.874.855,13	Receitas	9.530.280,08
IMOBILIZADO DE USO	2.210.885,19	(Despesas)	(6.099.274,92)
Imóveis de Uso	3.011.268,33		
Outras Imobilizações de Uso	2.435.732,61		
(Depreciações Acumuladas)	(3.236.115,75)		
INTANGÍVEL	37.556,72	TOTAL DO PASSIVO	128.558.962,84
Sistema de Processamento de Dados	121.889,24		
Direito de Uso	43.199,89		
(Amortização Acumulada)	(127.532,41)		
TOTAL DO ATIVO	128.558.962,84		

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2011.
 Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente
 Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro
 Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo
 Astor César de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/O-6

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (DEZEMBRO DE 2011)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	85.895.148,09	PASSIVO CIRCULANTE	78.972.629,60
DISPONIBILIDADES	1.947.233,82	DEPÓSITOS	68.739.290,82
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	60.488.881,21	Depósitos à vista	1.889.147,07
Central Financeira - COOPERAT	60.488.881,21	Depósitos a prazo	66.850.143,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.336.748,09	Outros Depósitos	-
Operações de Crédito	22.576.443,36	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.233.338,78
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(239.695,27)	Cobrança e Arrecad. Tributos	3.031,85
OUTROS CRÉDITOS	735.564,78	Sociais e Estatutárias	5.960.184,40
OUTROS VALORES E BENS	386.720,19	Fiscais e Previdenciárias	743.457,07
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	38.531.594,66	Diversas	3.526.665,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34.870.033,67	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.668.037,04
Operações de Crédito	35.091.328,40	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.668.037,04
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(221.294,73)	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.668.037,04
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.661.560,99	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.891.319,82
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.661.560,99	Capital de Domiciliados no País	37.331.676,28
PERMANENTE	6.105.243,71	Reservas de Lucros	6.351.777,09
INVESTIMENTOS	3.874.855,13	Sobras Acumuladas	3.730.753,58
Partic. Colig. e Control. no País	3.874.855,13	Receitas	11.493.247,79
IMOBILIZADO DE USO	2.193.630,02	(Despesas)	(11.016.134,92)
Imóveis de Uso	3.011.268,33		
Outras Imobilizações de Uso	1.891.189,34		
(Depreciações Acumuladas)	(2.708.827,65)		
INTANGÍVEL	36.758,56	TOTAL DO PASSIVO	130.531.986,46
Sistema de Processamento de Dados	134.935,17		
Direito de Uso	43.199,89		
(Amortização Acumulada)	(141.376,50)		
TOTAL DO ATIVO	130.531.986,46		

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2011.
 Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente
 Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro
 Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo
 Astor César de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/O-6

Você sabia que o cooperado não paga pelo talão de cheques, mas que ele deve usar mais o cartão de débito SICOOBcard em suas compras, porque o custo operacional é menor para a Cooperativa e tem reflexo positivo no resultado final?

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (JANEIRO DE 2012)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	86.297.331,61	PASSIVO CIRCULANTE	78.866.085,50
DISPONIBILIDADES	1.321.450,97	DEPÓSITOS	68.711.311,69
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	60.212.109,33	Depósitos à vista	1.510.393,45
Central Financeira - COOPERAT	60.212.109,33	Depósitos a prazo	67.200.918,24
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	23.614.602,29	Outros Depósitos	-
Operações de Crédito	23.864.016,59	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.154.773,81
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(249.414,30)	Cobrança e Arrecad. Tributos	7.116,84
OUTROS CRÉDITOS	708.536,34	Sociais e Estatutárias	6.513.767,91
OUTROS VALORES E BENS	440.632,68	Fiscais e Previdenciárias	147.962,29
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	38.080.608,78	Diversas	3.485.926,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34.403.478,06	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.683.606,77
Operações de Crédito	34.657.876,71	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.683.606,77
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(254.398,65)	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.683.606,77
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.677.130,72	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.905.908,44
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.677.130,72	Capital de Domiciliados no País	37.412.952,13
PERMANENTE	6.077.660,32	Reservas de Lucros	6.772.563,74
INVESTIMENTOS	3.874.855,13	Sobras Acumuladas	3.231.623,10
Partic. Colig. e Control. no País	3.874.855,13	Receitas	1.847.299,15
IMOBILIZADO DE USO	2.166.651,03	(Despesas)	(1.358.529,68)
Imóveis de Uso	3.011.268,33		
Outras Imobilizações de Uso	1.891.849,24		
(Depreciações Acumuladas)	(2.736.466,54)		
INTANGÍVEL	36.154,16	TOTAL DO PASSIVO	130.455.600,71
Sistema de Processamento de Dados	134.935,17		
Direito de Uso	43.199,89		
(Amortização Acumulada)	(141.980,90)		
TOTAL DO ATIVO	130.455.600,71		

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2012.
 Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente
 Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro
 Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo
 Astor César de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/O-6



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda.

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2011 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2011 a COOPSEF completou 31 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2011, a COOPSEF obteve um resultado de R\$ 4.207.866,45 representando um retorno semestral sobre o Patrimônio Líquido de 8,8894%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 60.488.881,21. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 57.667.771,76

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimo	R\$ 55.083.548,15	95,52%
Cheque Especial	R\$ 2.561.888,18	4,44%
Adiantamento a Depositante	R\$ 22.335,43	0,04%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2011 o percentual de 7,7538% da carteira, no montante de R\$ 4.471.471,56.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 68.739.290,82, apresentaram uma evolução em relação ao exercício anterior de 14,59%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 1.889.147,07	2,75%
Depósitos a Prazo	R\$ 66.850.143,75	97,25%
Outros Depósitos	R\$ 0,00	0,00%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2011 o percentual de 17,44% da captação, no montante de R\$ 11.702.208,05.

5. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da COOPSEF é de R\$ 47.335.863,12. O quadro de associados é composto por 7.129 cooperados, havendo um acréscimo de 2,62% em relação ao exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A COOPSEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,38% nos níveis de "A" a "C".

7. Gerenciamento de Risco

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação risco x retorno para os nossos associados.

A estrutura de gerenciamento dos riscos está composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria-Executiva, pelo Agente de Controle Interno e de Risco (ACIR), pelo Monitor de Controle Interno e de Risco e pela área de auditoria da Central. As estruturas completas para gerenciamento dos riscos estão disponíveis para acesso público na cooperativa.

I - Risco Operacional

A estrutura completa para gerenciamento do risco operacional da Cooperativa, está disponível, para acesso público, nos seguintes endereços eletrônicos: www.cecremge.org.br

▶ segue



O SICOOB CONFEDERAÇÃO é a entidade definida, na Política Institucional de Risco Operacional, como responsável pelo gerenciamento centralizado do Risco Operacional da Cooperativa.

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco operacional da cooperativa é o Sistema de Controle Interno e Risco – SCIR, integrante do Manual de Controle Interno – MCI.

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco Operacional – MRO.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco operacional					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provisionamento, ao Agente de Controle Interno e de Risco, das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o Agente e o Conselho de Administração.		•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do Agente de Controle Interno e de Risco, comunicação, ao Conselho de Administração, de incorreções na execução do gerenciamento de risco operacional.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

• 1 – Conselho de Administração • 2 – Diretoria-Executiva • 3 – Agente de Controle Interno e de Risco • 4 – Monitor de Controle Interno e de Risco • 5 – Área de Auditoria da Cooperativa Central.

II - Risco de Mercado e Liquidez

A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado da cooperativa está disponível para acesso público, no seguinte endereço eletrônico: www.cecremge.org.br

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco de mercado

da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado – MRM.

O BANCOOB é a entidade definida, na Política Institucional de Gerenciamento de Risco, como responsável pelo gerenciamento centralizado do Risco de Mercado e Liquidez.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco de mercado					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provisionamento – ao agente de Controle Interno e de Risco – das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o agente e o Conselho de Administração.	•	•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do agente, comunicação – ao Conselho de Administração – de incorreções na execução do gerenciamento de risco de mercado.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

• 1 – Conselho de Administração • 2 – Diretoria-Executiva • 3 – Agente de Controle Interno e Risco • 4 – Monitor de Controle Interno e Risco • 5 – Área de Auditoria da Central.

8. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pela confederação SICOOB Brasil e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais e está atenta

para a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

9. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 06/02/2012, o Conselho Fiscal tem a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Agente de Apoio a Ouvidoria, sendo o Ouvidor centralizado no BANCOOB, de acordo com modelo de componente único de ouvidoria, conforme previsto na Resolução 3.849/10 do Conselho Monetário Nacional. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG) 19 de Janeiro de 2012.

Conselho de Administração e Diretoria

Antonio de Ávila e Silva	Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Álvaro Cesar Cunha	João Feliciano Nunes
Celmar Silveira	Rita da Penha Ventorin Gloria leal
Mauro Ernani Nascimento	Nelson Gomes de Souza
Geber Soares de Oliveira	

Av. Brasil, 1660 – Funcionários – Belo Horizonte – MG
 CEP 30.140-003 – PABX: (31) 3269.5700
www.coopsef.com.br coopsef@coopsef.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em Reais

ATIVO	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE	85.895.148,09	72.431.300,66
Disponibilidades	1.947.233,82	859.194,89
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	60.488.881,21	49.338.246,54
Operações de Crédito (Nota 5)	22.336.748,09	21.592.764,58
Adiantamento a Depositantes	22.335,43	17.546,47
Empréstimos e Títulos Descontados	22.554.107,93	21.787.746,36
(-) Provisão para crédito em liquidação	(239.695,27)	(212.528,25)
Outros créditos (Nota 6)	735.564,78	604.762,57
Outros Valores e Bens (Nota 7)	386.720,19	36.332,08
NÃO CIRCULANTE	38.531.594,66	37.843.158,44
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	38.531.594,66	37.843.158,44
Operações de crédito (Nota 5)	34.870.033,67	34.374.872,31
Empréstimos e Títulos Descontados	35.091.328,40	34.630.636,41
(-) Provisão para crédito em liquidação	(221.294,73)	(255.764,10)
Outros Créditos (Nota 6)	3.661.560,99	3.468.286,13
PERMANENTE	6.105.243,71	6.371.151,06
Investimentos (Nota 8)	3.874.855,13	3.551.342,06
Imobilizado de Uso (Nota 9)	2.193.630,02	2.770.672,21
Intangível (Nota 10)	36.758,56	49.136,79
TOTAL	130.531.986,46	116.645.610,16

PASSIVO	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE	79.528.086,30	70.449.045,09
DEPÓSITOS (Nota 11)	68.739.290,82	59.989.624,62
Depósito à Vista	1.889.147,07	1.763.084,09
Depósitos sob Aviso	66.850.143,75	-
Depósitos a Prazo	-	58.218.493,73
Outros Depósitos	-	8.046,80
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 12)	10.788.795,48	10.459.420,47
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.031,85	2.293,64
Sociais e Estatutárias	6.515.641,10	9.375.144,66
Fiscais e Previdenciárias	743.457,07	664.661,49
Diversas	3.526.665,46	417.320,68
NÃO CIRCULANTE	3.668.037,04	3.474.762,18
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.668.037,04	3.474.762,18
Provisões Para Riscos Fiscais e Trabalhistas (Nota 12)	3.668.037,04	3.474.762,18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	47.335.863,12	42.721.802,89
Capital Social	37.332.230,28	32.201.345,65
(-) Capital a Realizar	(554,00)	(35,00)
Reserva de Lucros	6.772.563,74	6.351.777,09
Sobras ou Perdas Acumuladas	3.231.623,10	4.168.715,15
TOTAL	130.531.986,46	116.645.610,16

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2011.

Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente

Astor César de Souza Almeida - CRC-MG 074.613/O-6

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Cadastro na COOPSEF

Atualize seu cadastro e receba o "Jornal da COOPSEF" e também informações adicionais, encaminhadas por meio de circulares ou outros documentos. Use o fax (31) 3269.5724 para enviar o formulário "Atualização Cadastral", disponível no site, na sede da Cooperativa e nas representações regionais, anexando um comprovante de renda, de água, luz, telefone ou contrato do imóvel, se alugado.

DRE - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Exercícios findos em:		
	2º SEMESTRE/2011	SALDO EM 31/12/2011	SALDO EM 31/12/2010
INGRESSOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.049.499,26	15.631.554,17	15.294.274,73
Rendas de operações de crédito	8.032.947,20	15.609.472,95	15.246.028,86
Rendas de títulos e valores mobiliários	16.552,06	22.081,22	48.245,87
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.489.141,10)	(6.654.273,28)	(4.814.242,05)
Operações de captação	(3.531.481,37)	(6.711.384,15)	(4.996.816,07)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	42.340,27	57.110,87	182.574,02
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.560.358,16	8.977.280,89	10.480.032,68
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS(DISPÊNDIOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(700.566,03)	(1.586.818,87)	(2.496.004,46)
Ingressos/Receitas de prestação de serviço	31.980,58	55.951,67	31.270,30
Dispêndios/Despesas com pessoal	(2.346.484,97)	(4.486.063,81)	(3.765.646,19)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.113.576,57)	(2.334.514,93)	(2.108.935,05)
Dispêndios / Despesas Tributárias	(44.709,03)	(90.842,51)	(75.820,80)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	291,77	292,39	36.602,82
Ingressos de Depósitos Intercooper.	2.934.469,37	5.589.213,95	3.722.501,52
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(162.537,18)	(320.855,63)	(335.977,06)
RESULTADO OPERACIONAL	3.859.792,13	7.390.462,02	7.984.028,22
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	180.876,08	446.365,61	313.352,86
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	4.040.668,21	7.836.827,63	8.297.381,08
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(40.112,67)	(105.518,51)	(79.657,05)
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS			(142.741,44)
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL	4.000.555,54	7.731.309,12	8.074.982,59
DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL SOCIAL	(3.523.442,67)	(3.523.442,67)	(2.897.283,97)
SOBRA (PERDA) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS JUROS AO CAPITAL SOCIAL	477.112,87	4.207.866,45	5.177.698,62
DESTINAÇÃO PARA O FATES	-	(555.456,70)	(491.213,61)
DESTINAÇÃO PARA O FUNDO DE RESERVA	-	(420.786,65)	(517.769,86)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS A DISP. DA A.G.O	477.112,87	3.231.623,10	4.168.715,15
QUANTIDADE DE QUOTAS DE CAPITAL	37.331.676,28	37.331.676,28	32.201.310,65
SOBRAS OU PERDAS POR COTA DE CAPITAL (R\$)	0,01	0,09	0,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Se um banco ou uma instituição financeira cria dificuldades para você quitar seus débitos e transferir sua dívida para a COOPSEF, reclame.

Ligue para o Banco Central no telefone 0800 979 2345. Quando a instituição financeira não excluir a consignação ou se negar a fornecer boleto para pagamento, faça sua reclamação também à Seplag, órgão encarregado de efetuar os descontos consignados. Use os telefones 3915.0478 ou 3915.0479, do Setor de Consignação. Você tem direito de pagar juro menor na sua Cooperativa.

DMPL - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Em Reais

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS				Sobras e (Perdas) Acumuladas	Saldo Atual
	Realizado	(-) Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas para Contingências	Reservas para Expansão		
Saldos em 30.06.11	33.788.133,91	(462,00)	6.351.777,09	-	-	-	3.730.753,58	43.870.202,58
Integralização de Capital	645.787,07	(92,00)						645.695,07
Devolução de Capital	(89.480,98)							(89.480,98)
Sobras ou Perdas do 2º Semestre - 2011							4.000.555,54	4.000.555,54
Juros ao Capital Social	3.515.049,05						(3.523.442,67)	(8.393,62)
IRRF sobre Juros ao Capital	(527.258,77)							(527.258,77)
Destinação das sobras:								-
. Fundo de Reserva			420.786,65				(420.786,65)	-
. FATES							(210.393,32)	(210.393,32)
. FATES - Atos não Cooperativos							(345.063,38)	(345.063,38)
Saldos em 31.12.11	37.332.230,28	(554,00)	6.772.563,74	-	-	-	3.231.623,10	47.335.863,12
Mutações do semestre	3.544.096,37	(92,00)	420.786,65	-	-	-	(499.130,48)	3.465.660,54
Saldos em 31.12.10	32.201.345,65	(35,00)	6.351.777,09				4.168.715,15	42.721.802,89
Incorporação	3.942.309,13						(3.942.309,13)	-
Integralização de Capital	1.296.211,65	(519,00)						1.295.692,65
Devolução de Capital	(3.095.426,43)							(3.095.426,43)
Sobras ou Perdas do Exercício							7.731.309,12	7.731.309,12
Juros ao Capital Social	3.515.049,05						(3.523.442,67)	(8.393,62)
IRRF sobre Juros ao Capital	(527.258,77)							(527.258,77)
Incorporação Capital Social Ex-Cooperados							(26.406,02)	(26.406,02)
Transf. p/Fundo Especial - Sobras Exercício Anterior							(200.000,00)	(200.000,00)
Destinação das sobras:								-
. Fundo de Reserva			420.786,65				(420.786,65)	-
. FATES							(210.393,32)	(210.393,32)
. FATES - Atos não Cooperativos							(345.063,38)	(345.063,38)
Saldos em 31.12.11	37.332.230,28	(554,00)	6.772.563,74	-	-	-	3.231.623,10	47.335.863,12
Mutações do exercício	5.130.884,63	(519,00)	420.786,65	-	-	-	(937.092,05)	4.614.060,23
Saldos em 31.12.09	27.494.929,87	(25,00)	5.834.007,23				5.803.198,62	39.132.110,72
Incorporação	5.371.448,14						(5.371.448,14)	-
Integralização de Capital	1.348.905,74	(10,00)						1.348.895,74
Devolução de Capital	(4.442.183,50)							(4.442.183,50)
Sobras ou Perdas do exercício							8.074.982,59	8.074.982,59
Juros ao Capital Social	2.897.283,97						(2.897.283,97)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(469.038,57)							(469.038,57)
Transf. p/Fundo Especial - Sobras Exercício Anterior							(350.380,23)	(350.380,23)
Incorporação Capital Social Ex-Cooperados							(81.370,25)	(81.370,25)
Destinação das Sobras:								-
. Fundo de reserva			517.769,86				(517.769,86)	-
. FATES							(258.884,93)	(258.884,93)
. FATES - Atos não Cooperativos							(232.328,68)	(232.328,68)
Saldos em 31.12.10	32.201.345,65	(35,00)	6.351.777,09	-	-	-	4.168.715,15	42.721.802,89
Mutações do exercício	4.706.415,78	(10,00)	517.769,86	-	-	-	(1.634.483,47)	3.589.692,17

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2011.

Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente

Astor César de Souza Almeida - CRC-MG 074.613/O-6

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ouvidoria da COOPSEF
0800 283 4086
www.coopsef.com.br

DFC - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE	Exercícios findos em:		Em Reais
	2º SEMESTRE - 2011	31/12/2011	31/12/2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.935.966,82	12.190.602,78	9.976.499,62
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social	4.040.668,21	7.836.827,63	8.297.381,08
Contas de resultado credoras	8.049.499,26	15.631.554,17	15.294.274,73
Contas de resultado devedoras	(4.008.831,05)	(7.794.726,54)	(6.996.893,65)
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	(3.470.667,79)	(3.363.188,25)	(2.878.000,90)
Participação dos Funcionários nas Sobras	-	-	(142.741,44)
Provisão de Juros ao Capital	(3.523.442,67)	(3.523.442,67)	(2.897.283,97)
(Despesas de amortização)	5.564,09	12.378,23	16.146,28
(Despesas de depreciação)	113.080,15	260.697,05	312.007,25
(Provisão para perdas com Operações de Crédito)	(25.756,69)	(7.302,35)	(86.471,97)
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	(40.112,67)	(105.518,51)	(79.657,05)
Aumento (redução) em ativos operacionais	2.565.656,67	(1.555.352,67)	(885.623,01)
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	825.043,99
Operações de Crédito	2.871.375,92	(1.231.842,52)	(1.404.942,66)
Outros Créditos	(316.134,11)	(324.077,07)	(270.776,18)
Outros Valores e Bens	10.414,86	566,92	(34.948,16)
Aumento (redução) em passivos operacionais	7.800.309,73	9.272.316,07	5.442.742,45
Depósitos a Vista	358.464,44	126.062,98	78.590,92
Depósitos sob Aviso	-	-	-
Depósitos a Prazo	6.661.830,04	8.631.650,02	4.571.800,82
Outros Depósitos	-	(8.046,80)	2.354,44
Outras Obrigações	780.015,25	522.649,87	789.996,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.237,39)	(358.122,96)	(1.069.526,29)
Aquisição de investimentos	-	(323.513,07)	(986.772,03)
Aquisição de imobilizado de uso	(14.343,72)	(42.716,22)	(36.692,55)
Aplicação no Ativo Intangível	-	-	(46.061,71)
*Outros Ajustes	8.106,33	8.106,33	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	2.988.547,67	406.193,78	(1.588.006,45)
Aumento de Capital Social	645.695,07	1.295.692,65	1.348.895,74
Redução de Capital Social	(89.480,98)	(3.095.426,43)	(4.442.183,50)
Despesas de juros ao capital	3.523.442,67	3.523.442,67	2.897.283,97
Despesas de juros ao capital - IRRF a Recolher	(528.517,83)	(528.517,83)	(428.515,90)
Constituição do Exercício - FATES	(210.393,32)	(210.393,32)	(258.884,93)
Constituição do Exercício - FATES Atos não Cooperativos	(345.063,38)	(345.063,38)	(232.328,68)
Transferência Exercício Anterior - Fundo Especial	-	(200.000,00)	(350.380,23)
Cotas de Capital a Pagar	(7.134,56)	(33.540,58)	(121.892,92)
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	13.918.277,10	12.238.673,60	7.318.966,88
Varição Líquida das disponibilidades	13.918.277,10	12.238.673,60	7.318.966,88
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.418.989,03	859.194,89	1.098.113,50
Centralização Financeira - Cooperativas no início do período	47.098.848,90	49.338.246,54	41.780.361,05
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.947.233,82	1.947.233,82	859.194,89
Centralização Financeira - Cooperativas no fim do período	60.488.881,21	60.488.881,21	49.338.246,54

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2011.

Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente

Astor César de Souza Almeida - CRC-MG 074.613/O-6

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativismo avança

O número de pessoas ligadas a cooperativas chega a 1 bilhão e supera em muito o número de acionistas de empresas com capital, que é de 328 milhões em todo o mundo. Esta informação faz parte do relatório "Global Business Ownership 2012", encomendado pela Organização das Cooperativas do Reino Unido, e aponta que o cooperativismo tende a conquistar mais espaço econômico e social, quando a economia mundial passa por sérias dificuldades, como acontece neste momento. O maior capital de uma cooperativa continua sendo os seus associados.



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. - COOPSEF

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 - (Em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda – COOPSEF é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/04/1980, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICCOB CENTRAL CECREMG e componente do SICCOB - Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução 3.859/10 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. A Cooperativa integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICCOB, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais.

A COOPSEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, tendo sido aprovadas pela administração 17/01/2012.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

O Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), criado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.055/2005, emitiu, até o término deste exercício, 43 pronunciamentos. Entretanto, o Conselho Monetário Nacional elaborou normativos direcionados para cinco destes pronunciamentos: a Resolução 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo (CPC 01), Resolução 3.604/2008 - Fluxo de Caixa (CPC 03), Resolução 3.750/2010 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05), Resolução 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) e Resolução 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução 3.604/08 do Conselho Monetário Nacional – CMN, incluem caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e depósitos bancários	1.947.233,82	859.194,89
Relações Interfinanceiras (Centralização Financeira)	60.448.881,21	49.338.246,54
Total	62.396.115,03	50.197.441,43

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICCOB CENTRAL CECREMG e do BANCOOB, são avaliados pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

» segue

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Foi elaborado junto a profissionais qualificados laudo de avaliação dos imóveis e que não foi identificada necessidade de ajustes. Em 31 de dezembro de 2011 não foram elaborados teste de Impairment, não sendo possível atestar a existência de indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

4. Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa depositada junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, conforme determinado no artigo 37 da Resolução CMN nº 3.859/10.

5. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / Tít. Desc. *	Total em 2011	Provisões 2011	Total em 2010	Provisões 2010
AA		Normal	-	-	-	-	-
A	0,5%	Normal	55.811.783,96	55.811.783,96	279.058,98	55.140.210,46	275.701,05
B	1%	Normal	197.286,84	197.286,84	1.972,87	237.918,26	2.379,18
B	1%	Vencidas	864.400,42	864.400,42	8.644,00	445.369,25	4.453,69
C	3%	Normal	35.054,09	35.054,09	1.051,62	82.817,15	2.484,51
C	3%	Vencidas	399.825,23	399.825,23	11.994,77	52.262,51	1.567,88
D	10%	Normal	12.201,80	12.201,80	1.220,18	2.391,31	239,13
D	10%	Vencidas	168.850,64	168.850,64	16.885,07	283.886,14	28.388,61
E	30%	Normal	858,94	858,94	257,68	557,55	167,27
E	30%	Vencidas	26.573,52	26.573,52	7.972,06	31.109,60	9.332,88
F	50%	Normal	7.103,12	7.103,12	3.551,56	7.898,02	3.949,01
F	50%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	16.428,49	8.214,25
G	70%	Normal	2.161,82	2.161,82	1.513,27	510,33	357,23
G	70%	Vencidas	49.344,88	49.344,88	34.541,44	11.708,39	8.195,87
H	100%	Normal	51.877,46	51.877,46	51.877,46	15.793,86	15.793,86
H	100%	Vencidas	40.449,04	40.449,04	40.449,04	107.067,92	107.067,92
Total Normal			56.118.328,03	56.118.328,03	340.503,62	55.488.096,94	301.071,25
Total Vencido			1.549.443,73	1.549.443,73	120.486,38	947.832,30	167.221,10
Total Geral			57.667.771,76	57.667.771,76	460.990,00	56.435.929,24	468.292,35
Provisões			(460.990,00)	(460.990,00)		(468.292,35)	
Total Líquido			57.206.781,76	57.206.781,76		55.967.636,89	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vincendas (dias):

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	7.238.312,18	12.785.756,14	35.091.328,40	55.115.396,72
Total	7.238.312,18	12.785.756,14	35.091.328,40	55.115.396,72

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	468.292,35	554.764,32
Constituições/Reversões no Exercício	147.339,32	32.455,24
Transferência/Reversões para Prejuízo no Exercício	(154.641,67)	(118.927,21)
Total	460.990,00	468.292,35

d) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2011	% Carteira Total	31/12/2010	% Carteira Total
Maior Devedor	344.464,13	0,5973	364.910,91	0,6466
10 Maiores Devedores	2.557.443,58	4,4348	2.288.169,46	4,0567
50 Maiores Devedores	8.980.493,57	15,5728	7.823.653,27	13,8672

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Saldo Inicial do exercício	2.576.364,70	2.569.098,14
Valor das operações transferidas no período	154.641,67	118.927,21
Valor das operações recuperadas no período	(345.481,47)	(111.660,65)
Total	2.385.524,90	2.576.364,70

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Rendas a Receber (a)	524.916,28	439.031,77
Devedores por Depósito e Garantia (b)	3.661.560,99	3.468.286,13
Títulos e Créditos a Receber	1.170,00	90,00
Devedores Diversos	12.541,91	16.104,35
Diversos (c)	196.936,59	149.536,45
Total	4.397.125,77	4.073.048,70

a) Rendas a Receber: Rendas de Aplicação Financeira junto a Centralização Financeira – SICOOB CECREMGE – no montante de R\$ R\$ 523.429,13.

b) Devedores por Depósito e Garantia: Depósito Judicial referente ao processo de Cobrança do PIS/COFINS s/atos cooperativos no período de 03/1999 a 07/2004.

c) Diversos: O valor de R\$ 131.062,53, do montante apresentado, refere-se a gratificação paga aos funcionários referente ao exercício de 2011.

7. Outros valores e bens

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 350.955,03, referente aos imóveis alugados a Empresa Vale do Rio Doce, não estando sujeitos à depreciação ou correção. Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 35.765,16, referentes a prêmios de seguros pagos.

8. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de sobras efetuados pelo SICOOB Central Cecemge e aquisição de ações do BANCOOB e outros investimentos, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE	2.994.520,87	2.777.500,94
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	880.334,26	773.841,12
Total	3.874.855,13	3.551.342,06

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2011	31/12/2010
Terrenos	-	583.120,92	583.120,92
Edificações	4%	2.428.147,41	3.104.251,14
Instalações, Móveis e Equipamentos	10%	1.574.097,99	1.940.957,21
Sistema de Processamento de Dados	20%	285.067,84	460.573,18
Sistema de Segurança	10%	32.023,51	0,00
Total		4.902.457,67	6.088.902,45
Depreciação acumulada		(2.708.827,65)	(3.318.230,24)
Total		2.193.630,02	2.770.672,21

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2011	31/12/2010
Sistema de Processamento de Dados – Software	20%	134.935,17	121.889,24
Direito de Uso	20%	43.199,89	43.199,89
Total		178.135,06	165.089,13
Amortização acumulada	20%	(141.376,50)	(115.952,34)
Total		36.758,56	49.136,79

11. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Depósito à Vista	1.889.147,07	1.763.084,09
Depósito a Prazo	66.850.143,75	58.218.493,73
Outros Depósitos	0,00	8.046,80
Total	68.739.290,82	59.989.624,62

Os depósitos, até o limite de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Sicoob - FGS, o qual é um Fundo constituído pelas Cooperativas do Sistema Sicoob, regido por regulamento próprio.

12. Outras Obrigações

a) Outras Obrigações - Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
IOF a Recolher	3.031,85	2.293,64
Total	3.031,85	2.293,64

O IOF a Recolher refere-se à incidência sobre Operações de Crédito e Aplicações Financeiras dos cooperados com a Cooperativa.

b) Outras Obrigações - Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	6.279.134,29	9.176.579,20
FATES	6.279.134,29	5.901.003,37
Fundo de Integração Social	0,00	2.409.785,84
Fundo Especial	0,00	365.789,99
Fundo de Compensação Rotativo	0,00	500.000,00
Cotas de capital a pagar	236.506,81	198.565,46
Total	6.515.641,10	9.375.144,66

▶ segue

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF. Os Fundos – FIS, FCR e Fundo Especial, foram reclassificados para a conta contábil 4.9.9.92.01.099-4 em 01/08/2011.

c) Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	22.876,31	43.582,25
Impostos s/Serviços de Terceiros	5.647,41	5.565,01
Impostos sobre Salários	175.286,86	172.457,56
Outros	539.646,49	443.056,67
IRRF sobre Juros ao Capital	528.517,83	434.594,31
Outros	11.128,66	8.462,36
Total	743.457,07	664.661,49

d) Outras Obrigações - Diversas

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Cheques administrativos (a)	1.800,00	64.777,90
Despesas de Pessoal	289.755,64	226.836,67
Outras Despesas Administrativas (b)	141.851,85	57.512,46
Provisão para Passivos Contingentes (c)	3.668.037,04	3.474.762,18
Credores Diversos – País (d)	3.093.257,97	68.193,65
Total	7.194.702,50	3.892.082,86

a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2011.

b) Refere-se ao provisionamento de pagamentos a efetuar, relativos a outras despesas administrativas da cooperativa.

c) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
PIS e COFINS	3.655.602,54	3.462.558,22
Trabalhistas	5.958,45	5.727,91
Outras	6.476,05	6.476,05
Total	3.668.037,04	3.474.762,18

PIS e COFINS - quando do advento da lei nº. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia.

d) Credores Diversos – País se refere a: Fundo Especial, FIS (Fundo de Integração Social), FCR (Fundo de Crédito Rotativo) e Outros Credores Diversos - País:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Fundo de Integração Social	2.228.860,09	0,00
Fundo Especial	288.594,55	0,00
Fundo de Compensação Rotativo	500.000,00	0,00
Outros Credores Diversos – País (1)	75.803,33	68.193,65
Total	3.093.257,97	68.193,65

1. Refere-se a créditos de responsabilidade da cooperativa perante pessoas físicas e jurídicas pendente de regularização para cuja escrituração não exista conta específica.

O FIS – Fundo de Integração Social é destinado a atividades recreativas, sociais, promocionais e parcerias educacionais de caráter objetivo, correlacionadas com os programas sociais da Cooperativa de forma direta aos seus associados, familiares e parcerias, que não são acobertadas pelo FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. A formação de seus recursos se dá através de verbas destinadas em AGO ou AGE. A classificação desses valores em conta de passivo e segue determinação do plano de contas do COSIF.

O Fundo Especial é destinado ao auxílio de familiares dos associados da COOPSEF falecidos. Dispõe a disciplina dos valores de indenização do Auxílio Funeral e compensação dos respectivos débitos contratados dos associados falecidos pelas indenizações relativas aos sinistros (Seguro Prestamista). O Fundo Especial conta com uma reserva para aporte acumulada recebendo suprimento de crédito em todas as operações de crédito da COOPSEF, com exceção das acobertadas pelo FCR – Fundo de Compensação Rotativo com seus associados, e exceto também para os casos específicos de liberação de crédito prevista no nosso Regimento Interno / Manual da Política de Crédito e Avaliação dos Riscos. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

O FCR - Fundo de Compensação Rotativo é destinado a cobertura de concessão de crédito aos associados que não se enquadram no Seguro Prestamista e que preencham as condições conforme determinação do Regulamento do FCR. A classificação desses valores em conta de passivo e segue determinação do plano de contas do COSIF.

13. Instrumentos financeiros

A COOPSEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, através da Carta Circular 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em gastos para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/71.

Descrição	2011	2010
Sobras /lucro líquido do exercício	4.207.866,45	5.177.698,62
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(420.786,65)	(517.769,86)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(210.393,32)	(258.884,93)
Lucro líquido decorrente de Resultado não Operacional - apropriado ao FATES – Atos não Cooperativos	(345.063,38)	(232.328,68)
Sobras à disposição da Assembléia Geral	3.231.623,10	4.168.715,15

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 07/02/2011, os cooperados deliberaram pelo aumento do Capital social com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 3.942.309,13.

15. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou em 30/12/2011 juros ao capital, com a expectativa de remunerar capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Carta Circular BACEN nº 2.739, artigo 3º.

16. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2011:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
615.202,00	1,07
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
365.820,70	0,55

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2011:

OPERAÇÕES ATIVAS – SALDO 31/12/11			
Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	403.076,27	(2.015,38)	0,70

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/11		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósito a Prazo	931.184,76	0,88

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva
Cheque Especial Limite até R\$ 20.000,00	2,9 %	2,9%
Empréstimos Limite até 10% do PLA	1,77% a 2,3%	1,77% a 2,3%
Aplicação Financeira – Depósito a Prazo Até R\$ 10.000,00	100% CDI	100% CDI
Acima de R\$ 10.000,00	92% CDI	92% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL – MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2011	
Empréstimos e Financiamentos	1,07%
Aplicações Financeiras	0,55%

No exercício corrente os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2011	
Honorários	874.596,18

17. Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE

A COOPSEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE à coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE de 30 de junho de 2011 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 11 de novembro de 2011, que apresenta opinião com ressalva, em função da demonstração das operações de aplicação de recursos em cotas do COOPMÚTUO - Fundo de Investimento Multimercado, que figuravam no grupo Centralização Financeira. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 são auditadas por outros auditores independentes, cujo trabalho está em andamento.

18. Cobertura de seguros

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

19. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica da COOPSEF, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis 02 (dois) processos totalizando R\$ 6.476,05.

Antônio de Ávila e Silva
Diretor Presidente

Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Diretor Financeiro

Álvaro César Cunha
Diretor Administrativo

Astor César de Souza Almeida
Contador – CRC-MG 074.613/0-6

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Cooperados da
 COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA
 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS LTDA. – COOPSEF
 Belo Horizonte - MG

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da C.E.C.M. dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da C.E.C.M. dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da C.E.C.M. dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2012



Alexandre Marx Victor Rodrigues
 Contador CRC MG 068.570/O-1
 CNAI 1909



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de
Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e para os fins previstos no artigo 51 do Estatuto Social, declara que os documentos analisados refletem, em seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da entidade em 31(trinta e um) de Dezembro de 2011(dois mil e onze). As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2011(dois mil e onze) foram examinadas também pelos auditores da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC. Belo Horizonte, aos 24(Vinte e quatro) dias do mês de janeiro do ano de 2012(dois mil e doze). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se em ata que vai assinada pelos presentes.

Geraldo Magela Cotta
Coordenador

Oscar Dias da Silva
Fiscal

Mucio Batista de Souza
Fiscal

Ângela Maria Barbosa
Fiscal Suplente

Av. Brasil, 1660 – Funcionários – Belo Horizonte – MG – CEP 30.140-003
PABX: (31) 3269.5700
www.coopsef.com.br coopsef@coopsef.com.br

Banco Central alerta sobre novo golpe

Quer evitar dor de cabeça? Então fique atento. O Banco Central do Brasil divulgou recentemente um alerta sobre nova tentativa de golpe. De acordo com o BC, golpistas, fazendo-se passar por servidores dessa autarquia, da área jurídica e da Ouvidoria, têm entrado em contato com diversas pessoas e oferecido vantagens e/ou cobranças de informações, valores e documentos.

É mais uma tentativa de fraude. O Banco Central não faz contatos com pessoas físicas ou jurídicas para tratar de andamento de pendências administrativas, judiciais ou solicitação de documentos, à exceção daquelas

partes interessadas em processos administrativos devidamente protocolados e em análise pelo BC.

O Banco informa que já foi identificada uma linha telefônica na fraude, de número (061) 4063.6199, mas acredita que podem existir outras atuando do mesmo modo. Identificadas, todas serão comunicadas à Polícia Federal, para apuração das responsabilidades na esfera penal.

Compromissada com a defesa dos interesses de seus associados, a COOPSEF repete o alerta feito pelo Banco Central, recomendando atenção especial para esses casos. É a saída para evitar transtornos e dor de cabeça.

Você sabia que o cooperado não paga pelo talão de cheques, mas que ele deve usar mais o cartão de débito SICOOBcard em suas compras, porque o custo operacional é menor para a Cooperativa e tem reflexo positivo no resultado final?



Você sabia que na sua cooperativa você tem atendimento personalizado, produtos com ótimas condições comerciais e participação nos resultados no final de cada exercício?

JORNAL DA COOPSEF



Remetente:
Coopsef - Av. Brasil, 1660 • Funcionários
30140-003 • Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3269.5700

Impresso Especial

CONT. Nº 9912211389
ECT/DR/MG
Coopsef

---CORREIOS---



**IMPRESSO FECHADO
PODE SER ABERTO PELA ECT**